

Não é hora de discutir mandato

O apelo é dos governadores nordestinos na reunião da Sudene



Bernardo Cabral

Cabral quer eleições em todos níveis

Manaus — "Não é correto reduzir só o mandato do presidente da República. Se for para haver eleições após a conclusão da Constituinte que sejam em todos os níveis". Esta declaração foi feita ontem em Manaus pelo deputado constituinte amazonense e também relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB), que foi homenageado ontem de manhã pela Assembléia Legislativa do Estado, por proposição do secretário-geral da casa, deputado Lupércio Ramos.

Apesar de dizer que seguirá a decisão do seu partido sobre a duração do mandato do Presidente, Bernardo Cabral afirmou que o presidente José Sarney, ao sugerir a duração do seu mandato em cinco anos, exerceu um direito, o mesmo que tem os parlamentares quando expõem e defendem suas idéias.

O parlamentar disse ainda que é um antigo defensor do regime parlamentarista para o Brasil, por considerá-lo mais consistente, tanto política como administrativamente. "e até pela extensão territorial do País".

A consolidação da Zona Franca de Manaus é a principal reivindicação do relator na Constituinte. Disse que, sem uma definição, quanto ao período de duração da Zona Franca, haverá sempre insegurança tanto para empresários como para os trabalhadores, "e fica sempre na dependência da vontade do Presidente em prorrogar ou não sua vigência".

NIVALDO ARAUJO
Correspondente

Recife — Suspender imediatamente o debate em torno do mandato presidencial e deixar o presidente Sarney em condições de discutir e procurar caminhos para resolver os graves problemas que vive o País. Esta foi a posição sustentada ontem, na Sudene, pelos governadores nordestinos que participaram da reunião do conselho deliberativo da autarquia.

Presidida pelo ministro Joaquim Francisco, e com a presença do ministro Almir Pazzianotto, a reunião caracterizou-se pelo grito de socorro dos governadores junto ao Governo Federal ante a grave situação que começa a atravessar o Nordeste, já em plena seca verde, caminhando para uma estiagem tão devastadora quanto a anterior, de 1978 a 1983.

"Temos problemas gravíssimos a resolver em cada um dos nossos Estados, sobretudo aqui no Nordeste, como seca, fome, desemprego, miséria, enquanto isso em Brasília fica-se discutindo o sexo dos anjos", lamentou o governador do Ceará, Tasso Jereissati, para quem é im-

portante que se dê uma trégua ao Presidente, e apoio para administrar a crise do País. Defendendo um mandato de cinco anos para o presidente Sarney, o governador cearense observa entretanto que mais importante do que a discussão em torno de mandato seria a sua definição imediata e a partir de então uma abordagem concreta dos problemas nacionais.

O governador do Maranhão, Epiácio Cafeteira, entende que o tema mandato presidencial "é assunto liquidado", argumentando que "há um certo acodamento em torno da faixa presidencial" com muitos seduzidos por ela. Ele também defende ser fundamental para o País dar uma trégua ao Presidente, lembrando que todas as bancadas parlamentares na Constituinte a exceção de uma, concordaram em que é oportuno deixar de lado a discussão em torno de mandato. Já o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, posicionando-se ao lado dos que defendem prioridade absoluta para a discussão dos problemas nacionais, lembra que vem adotando esse posicionamento há muito tempo, por entender que mandato presidencial cabe à Constituinte.

te decidir. "Venho dizendo sempre que o problema econômico está a frente de todas as outras discussões. Mandato é questão que a Constituinte, que é soberana, pode decidir, se não por que iríamos eleger uma Assembléia Nacional Constituinte? Minha apreensão é em relação ao quadro grave que se definiu aqui, e em torno do qual não podemos mais esperar por providências que devem ser imediatas".

O PMDB, partido majoritário na Constituinte, é quem recebe o grosso das críticas do governador do Piauí, Alberto Silva, com relação à discussão do mandato presidencial. Ele acha que o partido deveria tomar a iniciativa de deixar de lado definitivamente a discussão sobre mandato, tarefa que, no seu entender é da Constituinte.

O governador alagoano Fernando Collor de Melo lamenta que até agora não se tenha chegado a um amplo entendimento nacional, e acha que é chegado o momento para que isso aconteça. Mas ele continua defendendo um mandato de quatro anos para o presidente Sarney, com eleição direta 60 a 90 dias após a conclusão dos trabalhos na Constituinte.



Tasso Jereissati



Miguel Arraes

Moreira quer o presidencialismo

Da Sucursal

Goiania — O governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco defendeu ontem, o regime presidencialista, "não um presidencialismo imperial como tivemos até agora, mas um presidencialismo democrático, que abra espaço de decisão para deputados, senadores e para a sociedade como um todo, diminuindo, inclusive, a capacidade de influência e de poder que detém hoje os governadores e prefeitos para que as Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais possam participar do processo decisório e dos destinos dos Municípios dos Estados e do Brasil.

Moreira Franco veio a Goiania, ontem, para fazer palestra aos participantes do encontro de presidentes de Assembleias Legislativas e líderes partidários sobre "Reforma Tributária e Situação Econômica dos Estados".

Em entrevista coletiva à imprensa, falou também sobre a duração do mandato do Presidente da República (e não só do atual) que segundo ele, "deve ser resolvido pela Assembléia Nacional Constituinte". Esclareceu que o PMDB deve trabalhar no sentido de alcançar a unidade, do

partido, para que temas como regime de governo e mandato do presidente não sejam motivos de dissidência.

Nesta linha de raciocínio disse que "não tem o menor cabimento o partido antecipar um fato que será deliberado pela Assembléia Nacional Constituinte. O que o PMDB tem que fazer é buscar a sua unidade que é pressuposto para a unidade das forças políticas brasileiras".

Nesse sentido ele disse que a solução que está sendo encaminhada pelo presidente Ulysses Guimarães, de adiar a convenção é uma decisão que vai servir para preservar a unidade do partido e permitir a discussão mais profunda dos problemas.

QUEBRADOS

Sobre sua conferência aos parlamentares disse que ia transmitir algumas idéias sobre reforma tributária. "O Brasil inteiro está numa situação calamitosa. Não há mais Estados que não enfrentem crises financeiras. Os Municípios estão quebrados e precisamos de uma política tributária que garanta a federação".

E acentuou: "A federação é garantida a partir da idéia de que a União não produz riqueza, nem o Estado nem o Município.

Quem produz riqueza é o cidadão que paga o imposto. A União, Estado e Município, gastam dinheiro dos impostos arrecadados. Então a distribuição da carga tributária deve ser feita no sentido de garantir condições de trabalho a quem trabalha e produz riqueza".

Moreira Franco considerou verdadeiro contrassenso a matéria já aprovada na Subcomissão Tributária, onde um artigo estabelece que a distribuição do Fundo de Participação aos Estados deve se dar para os Estados que tiverem uma renda per capita abaixo da mdia nacional". As questões que vão definir a base dos Municípios e Estados nos próximos anos terão que ser profundamente debatidas".

Quanto à crise econômica, o Governador do Rio de Janeiro afirmou que o Governo Federal tem que encontrar, num prazo muito rápido, um caminho para ela. "Eu tenho até sugerido que se deve dar uma trégua de 40 dias para que o Ministro da Fazenda apresente uma proposta econômica que defina os parâmetros de como vamos nos organizar, até o dia 31 de dezembro deste ano, porque é absolutamente insuportável uma inflação de 30 por cento ao mês".

Chiarelli garante apoio aos 5 anos

Porto Alegre — "Antes era uma bancada, depois, uma facção, agora, parece até estar faltando parceria". Com ironias desse tipo, o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, assegurou ontem ser pacífica a aprovação, pela Constituinte, dos cinco anos para o mandato do Presidente da República. Ele garantiu que seu partido apóia unanimemente a manifestação do presidente José Sarney e sua pretensão de permanecer cinco anos no poder. E indagou: "Quanto defendem no PMDB, os quatro anos de mandato?".

Ele atribui a mudança de comportamento do partido ao que chamou de "imanta-

ção peemedebista ao poder" e evitou comentar os reflexos sobre a bancada constituinte da nova política federal de só indicar para cargos os aliados políticos do Presidente à tese dos cinco anos. "O PMDB só se reúne para adiar reunião e só decide que vai decidir", brincou, prevendo que a adesão ao apelo presidencial "é quase osmótica".

Chiarelli ressaltou, porém, que seu partido já fez restrições à política econômica federal comandada pelo ministro Bresser Pereira, da Fazenda. "Estamos cobrando que ele acelere mais o ritmo das medidas que precisam ser adotadas", queixou-se.

Max Mauro elogia postura de Sarney

Vitória — O governador Max Freitas Mauro chegou de Brasília ontem no início da tarde e elogiou o presidente José Sarney pela postura adotada com relação à duração de seu mandato.

"O presidente tem demonstrado uma dignidade muito grande, eu nada pedi e ele nada me exigiu", disse explicando que sua posição de apoio aos cinco anos de mandato para o atual pre-

sidente é anterior ao pronunciamento feito por Sarney. Dos 10 membros da bancada federal que pertencem ao PMDB, seis defendem o mandato de cinco anos e quatro apóiam um mandato de quatro anos. O governador levou a informação para Sarney e explicou que o Presidente demonstrou satisfação pelo fato de a maioria da bancada defender um mandato de cinco anos.

Fogaça não crê em divisão no PMDB

Porto Alegre — Se o presidente José Sarney trabalhar no sentido de destruturação interna do PMDB, estará trabalhando no sentido da destruturação de seu próprio governo. A advertência foi feita ontem pelo senador José Fogaça, do PMDB, ao denunciar que o partido majoritário "está sofrendo uma campanha divisionista interna". Essa campanha, de acordo com Fogaça, é liderada por quem "está interessado em que o PMDB se fracione para formar um partido de centro, o partido do presidente Sarney". Na

opinião do senador, que foi o relator da Subcomissão do Poder Executivo, essa campanha "não passa de uma ilusão porque nunca irá ter sucesso".

Fogaça também fez uma crítica severa a campanheiros do partido que "tiveram atitudes, tomaram posições e expressaram votos diametralmente opostos ao programa do PMDB". Conforme o senador gaúcho, "quem usou a história e a sigla do PMDB para se eleger tem que estar comprometido com as idéias e compromissos básicos do partido".

Cafeteira leva governo ao interior

Do Correspondente

São Luís — O governador Epiácio Cafeteira decidiu levar sua administração para o interior do Maranhão, a partir de 15 de junho, quando espera já ter alguma condição financeira para anunciar execução de obras reclamadas pelos municípios. O governo itinerante vai começar pela região de Imperatriz, a principal economicamente depois da capital e área que ele não visitou uma só vez durante a campanha eleitoral.

Epiácio Cafeteira pretende alcançar outro objetivo começando a governar o interior por Imperatriz. E naquela região que está sendo articulada o movimento separatista visando transformar 20 municípios no Estado Maranhão do Sul, abrangendo um terço do território maranhense. O governador que, no caso de concretizado o projeto na Constituinte, ficará responsável pelas despesas de implantação da nova unidade federada, já declarou ser totalmente contrário à divisão do Maranhão, alegando que o momento é mais para união em torno do Governo Federal do que de separação.



Epiácio Cafeteira



Fernando Coelho

Bezerra apóia debate sobre tributação

O deputado Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), que foi relator da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas, afirma que as disparidades regionais que hoje se verificam só poderão ser reduzidas se houver uma reforma tributária realmente profunda e abrangente.

"Justamente por isso, é fundamental que o problema seja debatido amplamente pelos mais diversos setores da sociedade brasileira", acrescenta, ao elogiar a realização do seminário "A Reforma Tributária na Constituinte", dias 8 e 9 de junho, no auditório do Senado Federal, por iniciativa do CORREIO BRAZILIENSE.

Diz o deputado que a concentração tributária, que hoje beneficia a União, tornou-se o principal alvo das críticas dos especialistas do setor:

"Essa centralização é considerada a causa da insolvência dos Estados e municípios, pois a grande maioria sequer consegue cobrir os gastos com pessoal utilizando o produto dos impostos que lhes foram reservados".